

2/2013

FEVEREIRO ▪ MENSAL

BOLETIM DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

DO GOVERNO REGIONAL DA MADEIRA





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
Governo Regional

◆ Ficha técnica

TÍTULO: *Boletim de execução orçamental do Governo Regional da Madeira*

AUTOR: Secretaria Regional do Plano e Finanças. Direção Regional de Orçamento e Contabilidade

EDIÇÃO: Secretaria Regional do Plano e Finanças. Direção Regional de Orçamento e Contabilidade

DESIGN GRÁFICO: © DROC, 2013

CAPA/CONTRACAPA: Pormenor de janela, claustro do Palácio do Governo Regional da Madeira, © DROC, 2013

DISTRIBUIÇÃO: Gratuita

PERIODICIDADE: Mensal

ISSN: 2182-6331 (ficheiro eletrónico)

DATA: 28-02-2013

LOCAL: Funchal, Região Autónoma da Madeira

Este documento informativo está redigido conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Documento eletrónico otimizado para leitura OCR.

Avenida Arriaga | 9004-528 Funchal | Telef. 291212100 | Fax 291238115 | Contribuinte 671001310 | Página institucional: <http://srpf.gov-madeira.pt> | E-mail: droc.srpf@gov-madeira.pt

◆ Índice

APRESENTAÇÃO	5
1. SÍNTESE GLOBAL	6
2. SUBSETOR DO GOVERNO REGIONAL	
2.1. Síntese	7
2.2. Receita	8
2.3. Despesa	11
3. SUBSETOR SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS e EPR	
3.1. Entidades Públicas Reclassificadas	15
3.2. Síntese Global dos SFA e EPR.....	15
4. DÍVIDA NÃO FINANCEIRA DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL	19
5. CONCEITOS APLICADOS	21
6. SIGLAS E ABREVIATURAS	22
7. ÍNDICE DE QUADROS	23

◆ Apresentação

O *Boletim de Execução Orçamental do Governo Regional da Madeira* é uma publicação com periodicidade mensal, onde se afere a evolução da receita e da despesa, dos compromissos e das dívidas da Administração Pública Regional (APR), compreendendo os serviços integrados do Governo Regional (GR), os Serviços e Fundos Autónomos (SFA) e as Entidades Públicas Reclassificadas (EPR), em conformidade com o estabelecido no *Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF-RAM)*, acordado entre a Região Autónoma da Madeira e a República Portuguesa, em 27 de janeiro de 2012 (medida 4).

A estrutura da publicação permite expressar de forma clara e abrangente a evolução da execução orçamental nas suas diferentes óticas — através da análise funcional, económica e orgânica — por cada subsetor que compõe a Administração Pública da RAM: Governo Regional (GR), Serviços e Fundos Autónomos (SFA) e Entidades Públicas Reclassificadas (EPR) e a evolução da dívida não financeira.

A edição que ora se apresenta reporta-se ao mês de janeiro de 2013.

◆ I. Síntese global

O saldo global consolidado dos organismos com enquadramento no perímetro da Administração Pública Regional é superavitário em 14,9 milhões de euros. O saldo primário ascende a 35,4 milhões de euros. O saldo de capital atingiu os 7,5 milhões de euros, face a uma despesa efetiva de 68,9 milhões de euros e a uma despesa primária

de 48,5 milhões de euros.

O QUADRO seguinte apresenta os dados na forma consolidada da execução orçamental de janeiro, de acordo com o reporte financeiro mensal à DGO:

QUADRO I - Execução orçamental consolidada (janeiro)				€ Milhares
	GR	SFA	EPR	Saldo consolidado
Receita corrente	70.180,1	21.204,1	966,3	73.970,4
Impostos diretos	0,0	0,0	0,0	0,0
Impostos indiretos	21.954,9	0,0	0,0	21.954,9
Contribuições de Segurança Social	81,8	0,0	0,0	81,8
Outras receitas correntes	48.143,5	21.204,1	966,3	51.933,7
Transferências correntes	47.924,7	20.546,8	0,0	50.091,4
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	47.924,7	418,6	0,0	48.343,3
(das quais: transf. de Subsectores da APR)	0,0	18.380,1	0,0	0,0
Receita de capital	8.162,1	1.871,0	0,0	9.852,9
Venda de bens de investimento	0,0	0,0	0,0	0,0
Transferências capital	4.284,2	1.870,3	0,0	5.974,4
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	4.245,9	0,0	0,0	4.245,9
(das quais: transf. de Subsectores da APR)	0,0	180,1	0,0	0,0
	0,0	0,0	0,0	0,0
Receita efetiva	78.342,2	23.075,1	966,3	83.823,3
Despesa corrente	64.914,3	15.595,3	4.457,8	66.587,2
Consumo público	26.679,3	2.485,9	653,3	29.818,5
Despesas com o pessoal	25.509,2	2.120,0	219,9	27.849,2
Aquisição de bens e serviços e outras desp. correntes	1.170,1	365,9	433,4	1.969,4
Subsídios	0,0	0,0	0,0	0,0
Juros e outros encargos	17.273,7	0,2	3.181,8	20.455,7
Transferências correntes	20.961,3	13.109,2	622,7	16.313,0
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	0,0	28,2	0,0	28,2
(das quais: transf. de Subsectores da APR)	18.380,1	0,0	0,0	0,0
Despesa de capital	17,9	1.214,5	1.269,3	2.321,6
Investimento	0,0	1,8	1.269,3	1.271,1
Transferências de capital	17,9	1.212,8	0,0	1.050,5
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	17,9	0,0	0,0	17,9
(das quais: transf. de Subsectores da APR)	180,1	0,0	0,0	0,0
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0	0,0
Despesa efetiva	64.932,2	16.809,8	5.727,1	68.908,8
Saldo global	13.410,0	6.265,3	-4.760,8	14.914,5
<i>Por memória:</i>				
Saldo corrente	5.265,8	5.608,8	-3.491,5	7.383,2
Despesa corrente primária	47.640,6	15.595,1	1.276,0	46.131,5
Saldo corrente primário	22.539,5	5.609,0	-309,7	27.838,8
Saldo de capital	8.144,2	656,5	-1.269,3	7.531,3
Despesa primária	47.658,5	16.809,6	2.545,4	48.453,2
Saldo primário	30.683,7	6.265,5	-1.579,1	35.370,1

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

Nota: As Reposições Não Abatidas nos Pagamentos foram contabilizadas em Receitas de Capital, nos termos do Decreto-Lei n.º26/2002 de 14 de fevereiro

As transferências de outros subsectores das AP compreendem transferências da Administração Central, da Administração Local e da Segurança Social

◆ 2. Subsetor do Governo Regional

◆ 2.1. Síntese

O saldo global de janeiro de 2013 do subsetor do Governo Regional – na ótica da Contabilidade Pública – foi de 13,2 milhões de euros, o que representa uma melhoria de 17,8 milhões de euros face ao período homólogo do ano anterior. Esta circunstância decorre da trajetória ascendente dos saldos corrente e de capital, para o que concorrem os aumentos na receita, quer corrente quer de capital e a quebra da despesa, designadamente de capital. A variação homóloga resulta do comportamento da receita efetiva, que variou 77,9%, a par do acréscimo menos pronunciado da despesa efetiva (34,0%). Esta foi condicionada no sentido descendente pela evolução da despesa

com subsídios (sem execução em janeiro de 2013) e das outras despesas correntes (-93,3%), assim como das despesas de capital (-73,1%) e, no sentido ascendente, pelo comportamento das restantes componentes da despesa corrente, designadamente as despesas com o pessoal, a aquisição de bens e serviços correntes, os juros e outros encargos e as transferências correntes, que variaram 30,9%, 71,2%, 96,3% e 15,9%, respetivamente. Do lado da receita, assinala-se a trajetória ascendente, tanto da componente corrente, cristalizada numa variação homóloga de 59,6%, como da componente de capital, materializada num acréscimo de 8,1 milhões de euros face a janeiro de 2012, conforme expressa o QUADRO II:

QUADRO II - Execução Orçamental do Gov. Regional (janeiro)		€ Milhares		
	2012	2013	VH (%)	
Receita corrente	43.965,0	70.180,1	59,6	
Receitas fiscais	22.639,9	21.954,9	-3,0	
Impostos diretos				
Impostos indiretos	22.639,9	21.954,9	-3,0	
Outras receitas correntes	21.325,1	48.225,3	126,1	
Receita de capital	61,6	8.162,1	13.146,0	
Receita efetiva	44.026,6	78.342,2	77,9	
Despesa corrente	47.846,1	64.914,3	35,7	
Despesas com o pessoal	19.487,0	25.509,2	30,9	
Aquisição de bens e serviços	674,3	1.154,6	71,2	
Juros e outros encargos	8.800,3	17.273,7	96,3	
Transferências correntes	18.081,4	20.961,3	15,9	
Administrações Públicas	14.900,5	18.380,1	23,4	
Outras	3.180,9	2.581,1	-18,9	
Subsídios	572,4		-100,0	
Outras despesas correntes	230,7	15,5	-93,3	
Despesa de capital	736,6	198,0	-73,1	
Investimento	736,6		-100,0	
Transferências de capital		198,0		
Administrações Públicas		198,0		
Outras				
Outras despesas de capital				
Despesa efetiva	48.582,6	65.112,3	34,0	
Saldo global	-4.556,0	13.229,9	390,4	
<i>Por memória:</i>				
Saldo corrente	-3.881,1	5.265,8	235,7	
Saldo de capital	-674,9	7.964,0	1.280,0	
Saldo primário	4.244,3	30.503,6	618,7	
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	245,1	182,2	-25,7	

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

A execução está calculada tendo por referência o orçamento retificado, à data, após os respetivos reforços e anulações.

- ◆ Verifica-se uma melhoria do saldo de capital, cristalizada numa variação homóloga de 8,6 milhões de euros;
- ◆ A receita efetiva aumentou 77,9%, relativamente ao ano anterior, ao passo que a despesa efetiva registou um acréscimo de 34,0%;
- ◆ A variação homóloga do défice, evidenciada pelo saldo global 13,2 milhões, materializa uma trajetória ascendente da receita – em particular das receitas não fiscais e das

receitas de capital – a par de um acréscimo moderado da despesa. Efetivamente, enquanto a receita efetiva aumentou 34,3 milhões de euros em janeiro de 2013, a despesa efetiva progrediu 16,5 milhões de euros, justificando, deste modo, a formação do saldo global evidenciado no final de janeiro de 2013, que se decompõe num saldo corrente de 5,3 milhões de euros e num saldo de capital de 8,0 milhões de euros.



◆ 2.2. Receita

A receita efetiva do Governo Regional aumentou 77,9% em janeiro de 2013, comparativamente a janeiro de 2012, motivada pela variação das receitas não fiscais, em particular pelo acréscimo evidenciado ao nível das transferências correntes originárias da Administração Central, em virtude da reposição da metodologia utilizada até 2011, em que as transferências do OE se efetivam no primeiro mês de cada trimestre, por oposição da transferência duodecimal realizada em 2012. Acresce que, para além da variação nas receitas correntes (59,6%), a receita efetiva é influenciada pelo acréscimo das receitas de capital, refletindo a alteração de registo do valor referente à Lei de Meios (de transferência corrente para transferên-

cia de capital), com efeito a partir de abril de 2012.

Em janeiro de 2013, a receita fiscal fixou-se em 22,0 milhões de euros, refletindo uma quebra de 3,0% face ao evidenciado no período homólogo do ano anterior. O desempenho da receita fiscal em janeiro de 2013 cristaliza a trajetória descendente no IVA, conforme evidencia o quadro III.

Relativamente à receita proveniente da cobrança de impostos diretos respeitante a Janeiro, assinala-se que a mesma dá entrada nos cofres da Região no mês seguinte ao da respetiva cobrança, pelo que na presente edição a arrecadação de impostos diretos é nula.

A variação homóloga dos impostos indiretos foi a seguinte:

- ◆ Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) – verifica-se uma diminuição de 3,3% na receita arrecadada em janeiro de 2013 face ao registado em igual período do ano anterior. Esta evolução deriva do facto da Portaria n.º 1418/2008, de 9 de dezembro, que regula as transferências do IVA para as

Regiões Autónomas, não ter sido ainda alterada, pelo que mantém os acertos devidos por desvios entre os valores estimados e os valores efetivos do ano 2011, assim como não incorpora, por conseguinte, os aumentos mais recentes nas taxas de imposto na RAM;

- ◆ A restante receita proveniente da cobrança de impostos indiretos referente a janeiro

QUADRO III - Execução orçamental da receita fiscal do Gov. Reg. (janeiro)			€ Milhares
	2012	2013	VH (%)
Receita fiscal	22.639,9	21.954,9	-3,0
Impostos Diretos	0,0	0,0	0,0
IRS	0,0	0,0	0,0
IRC	0,0	0,0	0,0
Outros	0,0	0,0	0,0
Impostos Indiretos	22.639,9	21.954,9	-3,0
ISP	0,0	0,0	0,0
IVA	22.639,9	21.954,9	-3,0
ISV	0,0	0,0	0,0
Imposto de consumo sobre o tabaco	0,0	0,0	0,0
IABA	0,0	0,0	0,0
Outros	0,0	0,0	0,0
Imposto de Selo	0,0	0,0	0,0
IUC	0,0	0,0	0,0
Receita não fiscal	21.386,7	56.387,3	163,7
Receita efetiva	44.026,6	78.342,2	77,9

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

de 2013 dará entrada nos cofres da Região no mês seguinte ao da respetiva cobrança, pelo que, tal como na fiscalidade direta, a realização da receita relativa aos impostos indiretos arrecadados, não se encontra refletida na presente edição.

O QUADRO seguinte complementa o descrito anteriormente relativamente à execução orçamental da receita não fiscal do Governo Regional da Madeira, para o mês de janeiro de 2012 e 2013:

QUADRO IV - Execução orçamental da receita não fiscal do Gov. Reg. (janeiro)

€ Milhares

	2012	2013	2013 Grau de Execução (%)
Receita fiscal	22.639,9	21.954,9	2,8%
Receita não fiscal	21.386,7	56.387,3	12,0%
Correntes	21.325,1	48.225,3	19,9%
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	243,0	81,8	1,5%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	904,0	174,3	0,7%
Rendimentos da Propriedade	51,6	0,0	0,0%
Transferências Correntes	19.566,8	47.924,7	23,6%
Venda de Bens e Serviços Correntes	330,1	44,4	0,9%
Outras Receitas Correntes	229,6	0,0	0,0%
Recursos Próprios Comunitários	0,0	0,0	0,0%
Capital	61,6	8.162,1	3,6%
Venda de Bens de Investimento	3,9	0,0	0,0%
Transferências de Capital	2,6	4.284,2	2,6%
Outras Receitas de Capital	0,0	0,0	0,0%
Saldo da Gerência Anterior	0,0	0,0	0,0%
Reposições Não Abatidas nos Pagamentos	55,1	3.877,8	795,6%
Receita efetiva	44.026,6	78.342,2	6,3%

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

A receita não fiscal apresenta um acréscimo acentuado, em grande medida influenciado pelo incremento das transferências correntes da Administração Pública, que atingiu os 47,9 milhões de euros. Especificamente, a evolução reflete a adoção do método utilizado até 2011, em que se procede à transferência, no primeiro mês de cada trimestre, das verbas relativas aos três meses seguintes, por oposição da transferência duodecimal realizada em 2012.

Para além das transferências correntes destaca-se, face ao período homólogo, o comportamento das receitas de capital, que registaram um

acréscimo de 8,2 milhões de euros face a janeiro de 2012, a que estará associada a circunstância das verbas subjacentes à Lei de Meios passarem a estar classificadas nas transferências desta natureza, por um lado, e do aumento das reposições não abatidas nos pagamentos, por outro.

As transferências correntes apresentam uma execução de 47,9 milhões de euros, traduzida na parte dos movimentos externos ao aparelho de arrecadação fiscal regional, dos quais se destacam as provenientes das Administrações Públicas que perfazem totalidade da receita desta natureza arrecadada pela Região em janeiro de 2013.

◆ 2.3. Despesa

A despesa efetiva do Governo Regional aumentou 34,0% entre janeiro de 2012 e janeiro de 2013, tendo apresentado um grau de execução

de 4,8%, mais 2,2 pontos percentuais (p.p.) do que o executado no período homólogo do ano anterior.

QUADRO V - Execução orçamental das despesas do Governo Regional (janeiro) € milhares

	2012	2013	Grau de Execução (%)		VH (%)
			2012	2013	2012
Despesa corrente	47.846,1	64.914,3	3,8	5,8	35,7
Despesas com o pessoal	19.487,0	25.509,2	6,2	7,6	30,9
Remunerações Certas e Permanentes	18.826,8	23.278,3	7,2	8,4	23,6
Abonos Variáveis ou Eventuais	230,3	133,4	5,0	4,0	-42,1
Segurança social	430,0	2.097,5	0,9	3,7	387,8
Aquisição de bens e serviços correntes	674,3	1.154,6	0,4	0,6	71,2
Juros e outros encargos	8.800,3	17.273,7	7,8	14,8	96,3
Transferências correntes	18.081,4	20.961,3	3,6	4,8	15,9
Administrações Públicas	14.900,5	18.380,1	3,4	5,0	23,4
Administração Central	0,0	0,0	0,0	0,0	-
Administração Regional	14.900,5	18.380,1	3,4	5,0	23,4
Administração Local	0,0	0,0	0,0	0,0	-
Segurança Social	0,0	0,0	0,0	0,0	-
Outras transferências correntes	3.180,9	2.581,1	5,0	4,0	-18,9
Subsídios	572,4	0,0	2,9	0,0	-100,0
Outras despesas correntes	230,7	15,5	0,2	0,1	-93,3
Despesa corrente primária	39.045,8	47.640,6	3,4	4,8	22,0
Despesa de capital	736,6	198,0	0,1	0,1	-73,1
Investimento	736,6	0,0	0,3	0,0	-100,0
Transferências de capital	0,0	198,0	0,0	0,3	-
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	-
Despesa efetiva	48.582,6	65.112,3	2,6	4,8	34,0
<i>Por memória:</i>					
Ativos financeiros	245,1	182,2	0,1	0,8	
Passivos financeiros	15.400,0	15.400,0	19,4	6,3	

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

Os principais fatores que influenciaram a evolução da despesa do Governo Regional de 2012 para 2013 foram os seguintes:

- ◆ Pagamentos realizados no âmbito do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF-RAM);
- ◆ Acréscimo da despesa com pessoal em 30,9%, em grande medida explicado pelos aumentos das despesas com as remunera-

ções certas e permanentes (23,6%), a que estará associada a reposição do subsídio de natal dos funcionários públicos nos termos do estabelecido na Lei do OE de 2013, e pelas despesas com a segurança social. O acréscimo registado ao nível das despesas com pessoal do subsetor do Governo Regional é também justificado pelas diversas alterações orgânicas verificadas a partir

do início do ano económico de 2013, nomeadamente a extinção da empresa pública regional RAMEDM – Estradas da Madeira, S.A. e sua integração, na Administração Pública Regional direta, através da Direção Regional de Estradas. Decorrente de igual processo, o acréscimo das despesas com pessoal do Governo Regional são também motivadas pela extinção, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2013, do Laboratório de Engenharia Civil, IP—RAM; Fundo Madeirense do Seguro de Colheitas; Fundo de Gestão para os Programas da Direção Regional de Pescas e do Centro de Estudos de História do Atlântico, os quais foram objeto de integração na Administração Pública Regional direta .

- ◆ Aumento das despesas com enquadramento na rubrica Aquisição de Bens e Serviços Correntes (71,2%, em termos homólogos);
- ◆ Aumento da despesa com juros e outros encargos (96,3%);
- ◆ Acréscimo das transferências correntes (15,9%), motivadas, fundamentalmente, pelo incremento de dotações destinadas ao pagamento de despesas inerentes ao setor da saúde;
- ◆ Ausência de despesa com subsídios na execução de janeiro de 2013, que contrasta com a execução de 572,4 mil euros no período homólogo de 2012;
- ◆ Redução na rubrica relativa a Outras Despesas Correntes (-93,3%);
- ◆ Redução da despesa de Capital (73,1%);
- ◆ As despesas correntes em janeiro de 2013 representam 99,7% do total da despesa efetiva, sendo que a despesa corrente primária corresponde a 73,2% da mesma.

Comparativamente ao período homólogo, as despesas correntes aumentaram o seu peso relativo na despesa efetiva em 1,2 p.p., enquanto que as despesas correntes primárias cristalizam um decréscimo de 7,2p.p.. Esta circunstância é explicada fundamentalmente pela baixa execução evidenciada nas despesas de capital, cujos efeitos se materializam, a par do aumento relevante das despesas com juros e outros encargos, no acréscimo do peso relativo das despesas correntes na despesa efetiva.

A apreciação da estrutura da despesa pela ótica funcional permite constatar o relevo das Funções Sociais na execução da despesa, representando 62,0% do total, seguindo-se as Outras Funções (26,5%), as Funções Gerais de Soberania (6,1%) e as Funções Económicas (5,3%).

- ◆ Nas funções sociais destacam-se as verbas destinadas à Educação (22,7 milhões de euros) e à Saúde (16,3 milhões de euros). As despesas com a Educação aumentaram cerca de 3,4 milhões de euros, enquanto que na Saúde o montante despendido revelou-se superior ao ano precedente em 3,9 milhões de euros.
- ◆ As despesas com as funções económicas aumentaram 16,2% face a janeiro de 2012, representando um acréscimo de 486,5 mil euros em termos homólogos. Este aumento foi motivado, em grande medida, pela variação registada nos setores da Agricultura e Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca (17,4%) e do Comércio e Turismo (117,1%).
- ◆ As funções gerais de soberania executaram 4,0 milhões de euros, o que representou um decréscimo de 2,0% face ao registado

QUADRO VI - Despesa do Governo Regional, por classificação funcional (janeiro)

€ milhares

	2012	2013	2013 Estrutura (%)
Funções Gerais de Soberania	4.064,3	3.984,3	6,1
Serviços Gerais da Administração Pública	3.508,4	3.445,0	5,3
Defesa Nacional	0,0	0,0	0,0
Segurança e Ordem Públicas	555,9	539,3	0,8
Funções Sociais	32.721,0	40.373,3	62,0
Educação	19.314,9	22.725,3	34,9
Saúde	12.406,6	16.258,5	25,0
Segurança e Ação Sociais	0,0	0,0	0,0
Habituação e Serviços Coletivos	410,4	500,1	0,8
Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	589,2	889,4	1,4
Funções Económicas	2.997,0	3.483,5	5,3
Agricultura e Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	1.734,0	2.035,9	3,1
Indústria e Energia	69,3	76,2	0,1
Transportes e Comunicações	567,2	427,2	0,7
Comércio e Turismo	270,7	587,7	0,9
Outras Funções Económicas	355,9	356,5	0,5
Outras Funções	8.800,3	17.271,2	26,5
Operações da Dívida Pública	8.800,3	17.271,2	26,5
Transferências entre Administrações Públicas	0,0	0,0	0,0
Diversas não especificadas	0,0	0,0	0,0
Despesa Efetiva	48.582,6	65.112,3	100,0
<i>Por memória:</i>			
Ativos financeiros	245,1	182,2	0,3
Funções Gerais de Soberania	0,0	117,3	0,2
Funções Sociais	245,1	64,9	0,1
Funções Económicas	0,0	0,0	0,0
Outras Funções	0,0	0,0	0,0
Passivos financeiros	15.400,0	15.400,0	23,7
Outras Funções	15.400,0	15.400,0	23,7
Operações extraorçamentais	5.582,4	0,0	0,0
Funções Gerais de Soberania	5.506,3	0,0	0,0
Funções Sociais	63,3	0,0	0,0
Funções Económicas	12,8	0,0	0,0

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

em janeiro de 2012, com os Serviços Gerais da Administração Pública, que apresentam uma quebra de 1,8%, a condicionarem a evolução registada.

Em outras funções, os 17,3 milhões de euros realizados destinaram-se a operações da dívida pública, representando um acréscimo de 96,3% face à execução registada em janeiro de

2012.

O quadro VI expõe a decomposição da execução orçamental por classificação funcional por setor.

No que concerne à execução orçamental por classificação orgânica, ilustrada pelo quadro seguinte, constata-se que o agrupamento orgânico com maior execução de despesa foi a Secretaria

Regional da Educação e dos Recursos Humanos com 23,3 milhões de euros (despesa efetiva), dos quais 85,5% dizem respeito às despesas com o pessoal. Segue-se a Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, com 16,5 milhões de euros, motivado, fundamentalmente, pelo elevado volume registado nas transferências correntes. Em contraponto, a Presidência do Governo Regional executou 73,1

mil euros, afetos, na sua quase totalidade, a despesas com o pessoal (71,2 mil euros). As transferências para a Assembleia Legislativa da Madeira ascenderam, em janeiro de 2013, a 1,2 milhões de euros. O QUADRO VII traduz a execução orçamental por agrupamentos orgânicos numa perspetiva de afetação económica:

QUADRO VII - Execução orçamental por classificação cruzada orgânica e económica (janeiro) € milhares

	Assembleia Legislativa da Madeira	Presidência do Governo	Vice-Presidência do Governo	Plano e Finanças	Ambiente e Recursos Naturais	Cultura, Turismo e Transportes	Assuntos Sociais	Educação e Recursos Humanos	TOTAL
Despesa corrente	1.180,8	73,1	2.124,3	18.738,6	2.179,9	771,3	16.548,5	23.297,8	64.914,3
Despesas com o pessoal	0,0	71,2	1.823,9	1.134,3	1.816,0	600,3	139,6	19.923,8	25.509,2
Remunerações Certas e Permanentes	0,00	68,7	1.651,3	1.050,7	1.774,4	594,3	138,4	18.000,5	23.278,3
Abonos Variáveis ou Eventuais	0,00	2,4	19,9	27,2	17,0	0,4	0,7	65,9	133,4
Segurança social	0,00	0,1	152,7	56,4	24,7	5,6	0,5	1.857,4	2.097,5
Aquisição de bens e serviços correntes	0,0	1,9	181,8	173,3	21,2	171,0	79,1	526,2	1.154,6
Aquisição de bens	0,00	1,0	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	80,0	81,1
Aquisição de serviços	0,00	0,9	181,7	173,3	21,2	171,0	79,1	446,2	1.073,5
Juros e outros encargos	0,0	0,0	0,0	17.271,2	0,0	0,0	0,0	2,5	17.273,7
Transferências correntes	1.180,8	0,0	117,1	155,3	333,1	0,0	16.329,8	2.845,2	20.961,3
Administrações Públicas	1.180,8	0,0	117,1	144,8	333,1	0,0	16.247,7	356,7	18.380,1
Administração Central	0,00	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Administração Regional	1.180,8	0,0	117,1	144,8	333,1	0,0	16.247,7	356,7	18.380,1
Administração Local	0,00	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Segurança Social	0,00	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras transferências correntes	0,0	0,0	0,0	10,5	0,0	0,0	82,1	2.488,6	2.581,1
Subsídios	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras despesas correntes	0,0	0,0	1,5	4,5	9,5	0,0	0,0	0,0	15,5
Despesa de capital	7,4	0,0	172,7	0,0	17,9	0,0	0,0	0,0	198,0
Investimento	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Transferências de capital	7,4	0,0	172,7	0,0	17,9	0,0	0,0	0,0	198,0
Administrações Públicas	7,4	0,0	172,7	0,0	17,9	0,0	0,0	0,0	198,0
Administração Central	0,0	0,0	0,0	0,0	17,9	0,0	0,0	0,0	17,9
Administração Regional	7,4	0,0	172,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	180,1
Administração Local	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Segurança Social	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras transferências de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
									0,0
Despesa efetiva	1.188,2	73,1	2.297,0	18.738,6	2.197,8	771,3	16.548,5	23.297,8	65.112,3
<i>Por memória:</i>									
Ativos financeiros		0,0	0,0	117,3	0,0	0,0	64,9	0,0	182,2
Passivos financeiros		0,0	0,0	15.400,0	0,0	0,0	0,0	0,0	15.400,0
Operações extraorçamentais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

◆ 3. Subsetor Serviços e Fundos Autónomos e EPR

◆ 3.1. Entidades Públicas Reclassificadas

Em 2012, as empresas classificadas no perímetro da APR aqui designadas de EPR (Entidades Públicas Reclassificadas) foram integradas e equiparadas a Serviços e Fundos Autónomos, para efeitos de controlo orçamental.

O saldo global da execução financeira das Entidades Públicas Reclassificadas, considerando a informação de janeiro de 2013, situou-se em -4,8 milhões de euros, resultante de despesas com pessoal (219,9 mil euros), com a aquisição de bens e serviços correntes (407,3 mil euros), com Juros e outros encargos (3,2 milhões de euros) e com

transferências correntes (622,7 mil euros), fazendo com que a despesa corrente se fixasse em 4,5 milhões de euros e devido à execução evidenciada ao nível da aquisição de bens e serviços de capital – que totalizou 1,3 milhões de euros. Do lado das receitas, a componente corrente ascendeu a 966,3 mil euros, enquanto que a componente de capital apresentou-se nula em janeiro de 2013.

Verifica-se uma melhoria de 14,2 milhões de euros face ao registado até ao mês anterior, conforme revela o QUADRO seguinte :

QUADRO VIII - Saldo Global do Subsetor - EPR	€ Milhares	
	dezembro	janeiro
Empresas Públicas Reclassificadas	-18.939,6	-4.760,8

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

◆ 3.2. Síntese Global dos SFA e EPR

Os Serviços e Fundos Autónomos registaram um excedente de 6,3 milhões de euros. Este resultado é justificado, sobretudo, pelas transferências da Administração Pública Regional (APR), as quais tiveram um impacto de 86,7% nas receitas correntes. Nas receitas de capital – não considerando o saldo da gerência anterior – as transferências provenientes da União Europeia constituem a origem da parcela mais relevante das receitas realizadas em janeiro de 2013 (90,3%), sendo que os restantes 9,6% provêm das transfe-

rências da APR.

A estrutura da despesa é marcada pela relevância do peso das transferências correntes e de capital, e das despesas com o pessoal, que representaram 97,8% da despesa efetiva.

O QUADRO IX reflete os saldos em diferentes óticas dos Serviços e Fundos Autónomos e Entidades Públicas Reclassificadas.

QUADRO IX - Execução orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos e EPR (janeiro)		€ milhares	
	SFA	EPR	TOTAL
Saldo global	6.265,3	-4.760,8	1.504,5
<i>Por memória:</i>			
Despesa primária	16.809,6	2.545,4	19.354,9
Saldo primário	6.265,5	-1.579,1	4.686,4
Saldo corrente	5.608,8	-3.491,5	2.117,3
Saldo de capital	656,5	-1.269,3	-612,9
	0,0	0,0	0,0
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	72,9	0,0	72,9
<i>dos quais Receitas de:</i>	0,0	0,0	0,0
Alienação de partes de Capital	0,0	0,0	0,0
Outros Ativos	0,0	0,0	0,0
Passivos financeiros líquidos de amortizações	0,0	3.718,8	3.718,8

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

O saldo global (SFA+EPR) de janeiro de 2013, totalizou 1,5 milhões de euros, em virtude do resultado evidenciado pelos SFA, que atingiu 6,3 milhões de euros, o qual foi apenas parcialmente anulado pelo saldo global evidenciado pelas EPR - que ascendeu a -4,8 milhões de euros. Os saldos corrente e de capital ascenderam, respetivamente, a 2,1 milhões de euros e a -612,9 milhares de euros. A despesa primária fixou-se nos 19,4 milhões de euros, perfazendo um saldo primário de 4,7 milhões de euros.

QUADRO X - Execução orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos e EPR (janeiro)		€ milhares	
	SFA	EPR	TOTAL
Receita corrente	21.204,1	966,3	22.170,4
Impostos diretos	0,0	0,0	0,0
Impostos indiretos	0,0	0,0	0,0
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	0,0	0,0	0,0
Taxas, Multas e Outras Penalidades	89,9	0,0	89,9
Transferências Correntes	20.546,8	0,0	20.546,8
União Europeia	1.748,1	0,0	1.748,1
Outras transferências	18.798,8	0,0	18.798,8
Venda de bens e serviços correntes	386,2	271,0	657,3
Outras Receitas Correntes	181,1	695,2	876,4
Receita de capital	1.871,0	0,0	1.871,0
Venda de bens de investimento	0,0	0,0	0,0
Transferências de capital	1.870,3	0,0	1.870,3
União Europeia	1.690,2	0,0	1.690,2
Outras transferências	180,1	0,0	180,1
Outras Receitas de Capital	0,0	0,0	0,0
Recursos Próprios Comunitários	0,0	0,0	0,0
Reposições Não Abatidas nos Pagamentos	0,7	0,0	0,7
Saldo da Gerência Anterior	22.837,6	2.188,1	25.025,7
Receita efetiva	23.075,1	966,3	24.041,3
Despesa corrente	15.595,3	4.457,8	20.053,0
Despesas com o pessoal	2.120,0	219,9	2.340,0
Aquisição de bens e serviços	365,5	407,3	772,9
Juros e outros encargos	0,2	3.181,8	3.182,0
Transferências correntes	13.109,2	622,7	13.731,9
Outros subsectores das Administrações Públicas	28,2	0,0	28,2
Outras transferências	13.081,0	622,7	13.703,7
Subsídios	0,0	0,0	0,0
Outras despesas correntes	0,3	26,1	26,4
Despesa de capital	1.214,5	1.269,3	2.483,8
Investimento	1,8	1.269,3	1.271,1
Transferências de capital	1.212,8	0,0	1.212,8
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0
Despesa efetiva	16.809,8	5.727,1	22.536,9
Ativos financeiros	588,1	0,0	588,1
Passivos financeiros	0,0	178,5	178,5
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0
Operações extraorçamentais	5.192,5	330,7	5.523,1
Saldo global	6.265,3	-4.760,8	1.504,5

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

O QUADRO XI expressa a desagregação por receita e despesa do universo comparativo descrito anteriormente (Governo Regional, SFA e EPR):

QUADRO XI - Execução orçamental Gov. Reg., SFA e EPR		€ Milhares	
	Universos comparáveis - Gov. Regional e SFA (sem EPR)	Execução Universo real - Gov. Regional e SFA (com EPR)	
Janeiro 2013			
Receita corrente	73.004,1	73.970,4	
Impostos diretos	0,0	0,0	
Impostos indiretos	21.954,9	21.954,9	
Contribuições de Segurança Social	81,8	81,8	
Outras receitas correntes	50.967,4	51.933,7	
Transferências correntes (das quais: transferências de outros subsectores das AP)	50.091,4 48.343,3	50.091,4 48.343,3	
Receita de capital	9.852,9	9.852,9	
Venda de bens de investimento	0,0	0,0	
Transferências capital (das quais: transferências de outros subsectores das AP)	5.974,4 4.245,9	5.974,4 4.245,9	
Receita efetiva	82.857,0	83.823,3	
Despesa corrente	62.129,4	66.587,2	
Consumo público	29.165,2	29.818,5	
Despesas com o pessoal	27.629,2	27.849,2	
Aquisição de bens e serviços e outras desp. correntes	1.536,0	1.969,4	
Subsídios	0,0	0,0	
Juros e outros encargos	17.273,9	20.455,7	
Transferências correntes (das quais: transferências de outros subsectores das AP)	15.690,3 28,2	16.313,0 28,2	
Despesa de capital	1.052,3	2.321,6	
Investimento	1,8	1.271,1	
Transferências de capital (das quais: transferências de outros subsectores das AP)	1.050,5 17,9	1.050,5 17,9	
Outras despesas de capital	0,0	0,0	
Despesa efetiva	63.181,7	68.908,8	

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

Em 2013, apresenta-se a informação com as EPR e a comparável com a situação anterior a 2012 excluindo para esse efeito as EPR.

O grau de execução está calculado tendo por referência o objetivo do orçamento inicial.

O QUADRO XII apresenta os saldos mensais dos subsectores do Governo Regional, SFA, e EPR - em diferentes óticas: Governo Regional e SFA (com e sem EPR), a saber:

QUADRO XII - Execução orçamental Gov. Reg., SFA e EPR

€ Milhares

	Universos comparáveis - Gov. Regional e SFA (sem EPR)	Execução Universo real - Gov. Regional e SFA (com EPR)
	Janeiro 2013	Janeiro 2013
Saldo global	19.675,3	14.914,5
<i>Por memória:</i>		
Saldo corrente	10.874,7	7.383,2
Despesa corrente primária	44.855,5	46.131,5
Saldo corrente primário	28.148,6	27.838,8
Saldo de capital	8.800,6	7.531,3
Despesa primária	45.907,8	48.453,2
Saldo primário	36.949,2	35.370,1

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

Em 2013, apresenta-se a informação com as EPR e a comparável com 2011 excluindo para esse efeito as EPR.

O grau de execução está calculado tendo por referência o objetivo do orçamento inicial.

O saldo corrente (considerando GR+SFA), em termos mensais ascendeu a 10,9 milhões de euros, tendo o saldo de capital ascendido a 8,8 milhões de euros. A informação relativa ao saldo primário (GR+SFA) revela um resultado que ascende a 37 milhões de euros em janeiro.

Considerando a informação relativa ao Governo Regional e SFA (com EPR), verifica-se que a receita corrente arrecadada em janeiro de

2013 foi de 74,0 milhões de euros e a despesa da mesma natureza ascendeu a 66,6 milhões de euros. No que concerne à componente de capital, a receita atingiu os 9,9 milhões de euros enquanto a despesa atingiu os 2,3 milhões de euros. A receita líquida dos ativos e passivos financeiros, bem como das operações extraorçamentais, atingiu os 83,8 milhões de euros, com a despesa efetiva a atingir os 68,9 milhões de euros.



◆ 4. Dívida não financeira da Administração Regional

O Passivo acumulado da Administração Pública Regional reportado ao final de janeiro de 2013 ascendia a 2.552,8 milhões de euros, dos quais, 77,4% são respeitantes a obrigações do Governo Regional. Os SFA, por seu turno, são responsáveis por 20,4% do montante do Passivo verificado.

Os Pagamentos em Atraso apurados para o final de janeiro de 2013, correspondem a 940,3 milhões de euros, sendo que as parcelas mais rele-

vantes são atribuídas ao Governo Regional (82,8%) e aos SFA (12,4%).

Assinala-se ainda o facto da componente Aquisições de Bens de Capital representar 42% do total do Passivo e 50,2% dos pagamentos em atraso.

Os quadros seguintes sintetizam a situação da Administração Regional no final de janeiro de 2013, no que à dívida não financeira diz respeito.

QUADRO XIII - Contas a pagar, da Administração Regional, no final de janeiro de 2013 € milhares

Total	janeiro de 2013			Variação face ao stock inicial		
	Stock final do período			Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso
	Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso			
Despesas Correntes	1.364.639,29	560.783,72	450.714,46	2,86%	-37,16%	-0,65%
Despesas com Pessoal	2.868,57	2.826,09	162,14	-2,54%	41,48%	103,98%
Aquisições de Bens e Serviços	460.271,10	444.973,65	357.859,83	8,36%	5,01%	0,29%
Juros e outros encargos	499.973,49	92.363,27	78.665,88	-0,29%	-1,42%	-4,01%
Transferências Correntes	360.704,02	18.421,41	13.689,33	1,21%	-94,67%	0,33%
Subsídios	40.390,85	1.805,28	178,55	0,68%	-93,12%	33,59%
Outras Despesas Correntes	431,27	394,02	158,74	-59,98%	-62,52%	-84,86%
Despesas de Capital	1.188.148,73	1.118.231,57	489.576,52	0,11%	0,13%	-0,13%
Aquisições de Bens de Capital	1.071.548,82	1.068.975,25	472.333,83	0,18%	0,05%	-0,27%
Transferências de Capital	116.599,91	49.256,32	17.242,69	-0,57%	1,81%	3,96%
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
Total	2.552.788,02	1.679.015,29	940.290,98	1,56%	-16,43%	-0,38%

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

QUADRO XIV - Contas a pagar, do Governo Regional, no final de janeiro de 2013 € milhares

Governo Regional	janeiro de 2013			Variação face ao stock inicial		
	Stock final do período			Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso
	Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso			
Despesas Correntes	819.014,52	380.908,98	315.528,03	4,20%	8,04%	-0,27%
Despesas de Capital	1.157.223,79	1.089.135,35	462.927,14	0,00%	0,08%	0,13%
Total	1.976.238,31	1.470.044,32	778.455,17	1,70%	2,03%	-0,03%

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

QUADRO XV - Contas a pagar, dos Serviços e Fundos Autónomos, no final de janeiro de 2013

€ milhares

Serviços e Fundos Autónomos	janeiro de 2013			Variação face ao stock inicial		
	Stock final do período			Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso
	Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso			
Despesas Correntes	517.389,05	152.338,12	116.274,14	1,73%	-70,02%	0,00%
Despesas de Capital	2.267,47	438,76	251,82	55,46%	49,04%	5,88%
Total	519.656,52	152.776,88	116.525,96	1,89%	-69,95%	0,02%

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

QUADRO XVI - Contas a pagar, das Entidades Públicas Reclassificadas, no final de janeiro de 2013

€ milhares

Empresas Públicas Reclassificadas	janeiro de 2013			Variação face ao stock inicial		
	Stock final do período			Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso
	Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso			
Despesas Correntes	28.235,72	27.536,62	18.912,29	-12,25%	-13,12%	-10,05%
Despesas de Capital	28.657,47	28.657,47	26.397,56	1,40%	1,41%	-4,57%
Total	56.893,19	56.194,09	45.309,85	-5,87%	-6,27%	-6,94%

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças



◆ 5. Conceitos aplicados

Contas a pagar são o subconjunto dos passivos certos, líquidos e exigíveis (ex.: fatura ou documento equivalente, notas de abono, talões nos termos do CIVA).

Pagamentos em atraso são as contas a pagar que permaneçam nessa situação mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato, ou documentos equivalentes. Excluem-se deste conceito, para efeitos de aplicação da LCPA e do Decreto-Lei n.º 127/2012 (n.º 2 do artigo 4.º):

- ◆ As obrigações de pagamento objeto de impugnação judicial até que sobre elas seja proferida decisão final e executória, as quais devem ser consideradas no passivo, mas não em contas a pagar, uma vez que as provisões para riscos e encargos não constituem um passivo certo, líquido e exigível;
- ◆ As situações de impossibilidade de cumprimento por ato imputável ao credor, as quais devem ser consideradas em contas a

pagar, visto que a dívida se mantém, ainda que não incorra em mora;

- ◆ Os montantes objeto de acordos de pagamento desde que o pagamento seja efetuado dentro dos prazos acordados, os quais permanecem em contas a pagar, acrescentado aos compromissos do mês/período/ano em que vão ser liquidados.

Passivos são as obrigações presentes da entidade proveniente de acontecimentos passados, cuja liquidação se espera que resulte num exfluxo de recursos da entidade que incorporam benefícios económicos. Uma característica essencial de um passivo é a de que a entidade tenha uma obrigação presente (constituída, por exemplo, aquando da entrega dos bens com a guia de remessa, contabilizados em receção e conferência, ou com a fatura ou documento equivalente, provisões para riscos e encargos, ou em resultado de empréstimos contraídos).

APR	Administração Pública Regional
CGA	Caixa Geral de Aposentações
CIVA	Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado
DGO	Direção-Geral do Orçamento (Ministério das Finanças)
EPR	Entidades Públicas Reclasseificadas
GR/Gov. Reg.	Governo Regional (da Madeira)
IABA	Imposto sobre o Álcool e as Bebidas Alcoólicas
IRC	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas
IRS	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares
IS	Imposto do Selo
ISP	Imposto sobre os Produtos Petrolíferos
ISV	Imposto sobre Veículos
IT	Imposto sobre o Tabaco
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
LCPA	Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso
LOE	Lei do Orçamento de Estado
OE	Orçamento de Estado
p.p.	pontos percentuais
PAEF-RAM	Programa de Ajustamento Económico e Financeiro
SFA	Serviços e Fundos Autónomos
VH	Variação homóloga

◆ 7. Índice de quadros

QUADRO I	Execução orçamental consolidada (janeiro)	6
QUADRO II	Execução Orçamental do Gov. Regional (janeiro)	7
QUADRO III	Execução orçamental da receita fiscal do Gov. Reg. (janeiro)	9
QUADRO IV	Execução orçamental da receita não fiscal do Gov. Reg. (janeiro)	10
QUADRO V	Execução orçamental das despesas do Governo Regional (janeiro)	11
QUADRO VI	Despesa do Governo Regional, por classificação funcional (janeiro)	13
QUADRO VII	Execução orçamental por classificação cruzada orgânica e económica (janeiro)	14
QUADRO VIII	Saldo Global do Subsetor - EPR	15
QUADRO IX	Execução orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos e EPR (janeiro)	16
QUADRO X	Execução orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos e EPR (janeiro)	16
QUADRO XI	Execução orçamental Gov. Reg., SFA e EPR	17
QUADRO XII	Execução orçamental Gov. Reg., SFA e EPR	18
QUADRO XIII	Contas a pagar, da Administração Regional, no final de janeiro de 2013	19
QUADRO XIV	Contas a pagar, do Governo Regional, no final de janeiro de 2013	19
QUADRO XV	Contas a pagar, dos Serviços e Fundos Autónomos, no final de janeiro de 2013	20
QUADRO XIV	Contas a pagar, das Entidades Públicas Reclassificadas, no final de janeiro de 2013	20

